

RADAR FEMINISTA

DO CONGRESSO NACIONAL

21 a 25 de setembro de 2020



O Ministério da Saúde, como era de se esperar, insiste na manutenção da Portaria 2282/2020 que dificulta o acesso ao aborto legal. Semana passada Eduardo Pazuello foi ao Senado dar explicações sobre as mudanças no protocolo de atendimento. Ele agora é oficialmente o Ministro da Saúde, depois de 120 dias de interinidade.

Como subsídio às senadoras e senadores, a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e a Campanha Nem Presa Nem Morta encaminharam o Dossiê Reações da sociedade brasileira contra a Portaria nº 2.282/2020 que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, reunindo argumentos que demonstram a ilegalidade e desumanidade da portaria.

Ainda assim, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mesmo tendo reconhecido publicamente a inconstitucionalidade da medida, ainda não colocou em pauta o PDL 381/2020 que susta a portaria, apresentado pela deputada Jandira Feghali e mais 10 deputadas. Mais dois PDLs foram apresentados na Câmara e outros dois no Senado, com o mesmo objetivo.

As manifestações contra a Portaria continuam. A Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular realizou o webinário Portaria 2282 e o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas.

A Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto lançou o Alerta Feminista denunciando os ataques aos direitos das mulheres. O Alerta Feminista está aberto para adesões até o dia 26 de setembro. Podem aderir movimentos mistos, setoriais partidárias, sindicatos, articulações, organizações internacionais, nacionais ou locais e pessoas físicas.

RADAR FEMINISTA



DO CONGRESSO NACIONAL
21 a 25 de setembro de 2020

O Brasil continua queimando e, ao invés de enfrentar o problema, o governo e o ministro do Meio Ambiente seguem negando e negligenciando os terríveis impactos que as queimadas já estão tendo para a flora e fauna brasileiras. O vice-presidente Mourão chegou a acusar funcionários do IMPE que “seriam contra o governo”, de estarem divulgando notícias falsas. Joaquim Álvaro Pereira Leite, ex-conselheiro de uma das principais entidades ruralistas do país vai comandar a recém-criada Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

E a pandemia segue como paisagem para o governo, ainda que já tenhamos ultrapassado 4 milhões e 500 mil pessoas infectadas e mais de 137 mil mortes. E em meio a isso, a campanha das eleições municipais começa no próximo domingo, 27 de setembro.

Prioridade para o processo e o julgamento de pedido de interrupção da gravidez de criança ou adolescente

O deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA) apresentou o PL 4550/2020, para assegurar que no caso de gravidez resultante de estupro os órgãos de segurança pública garantirão os direitos da vítima e seus familiares, preservando sua liberdade de locomoção e de manifestação da vontade, bem como a sua integridade física e privacidade. O projeto também propõe que vítima e família tenham absoluta prioridade o processo e o julgamento de pedido de interrupção da gravidez de criança ou adolescente. Na justificativa, o parlamentar afirma que a proposta foi motivada pela via crucis da menina de dez anos que engravidou em decorrência de um estupro e foi vítima de diversas violações até conseguir exercer o direito de ver tal gestação interrompida.

Essa é mais uma proposição, entre tantas outras, que sugere o aumento das penas como reação ao caso da menina do ES que teve de interromper uma gravidez resultante de estupro, entre outras propostas confusas. Problema recorrente em projetos apresentados sem discussão e na correria, para marcar presença em momentos de comoção.

Destinação dos recursos e a execução orçamentária de políticas públicas são questões dirigidas à ministra Damares

RIC 1220/2020, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), requer informações à ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre a destinação de recursos e sobre a execução orçamentária de políticas públicas.

Mais uma proposta que torna obrigatório os condomínios comunicarem ocorrência ou indícios de violência

PL 4559/2020, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI) é mais uma proposta que torna obrigatório os condomínios verticais a comunicação aos órgãos de segurança, eventual ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, pessoas deficientes e idosos.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Direitos
Sexuais e
Reprodutivos
e
Violência

Prioridade e maior proteção para crianças e adolescentes vítimas de violência

A senadora Leila Barros (PSB/DF) quer alterar o “Estatuto da Criança e do Adolescente” e a Lei, que “estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência” para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência. O [PL 4607/2020](#) reforça as medidas protetivas a serem aplicadas em situações de violência, incluindo elementos da Lei Maria da Penha na legislação sobre violência contra menores. Também preconiza a prioridade do atendimento de crianças e adolescentes em programas de proteção testemunhas e vítimas de violência.

Dados sobre aborto são questionados por deputado

O deputado Diego Garcia (PODE/PR) apresentou Requerimento de Informações ([RIC 1207/2020](#)), solicitando ao Ministro da Saúde informações do DATASUS a respeito da gravidez na infância e na adolescência, bem como à mortalidade decorrente de abortos. O deputado aponta na justificativa que o pedido foi motivado por matéria publicada pela BBC News Brasil que indica que o Brasil registra ao menos seis abortos por dia em meninas de 10 a 14 anos, em média. Lembrando que o deputado é um dos mais ativos da bancada fundamentalista.

Como está sendo executado o programa Mais Mulheres na Política?

[RIC 1177/2020](#), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), requer informações à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre a execução do Programa Mais Mulheres na Política, em particular os dados sobre o Piauí.

A continuidade da política de cotas raciais

[PL 4656/2020](#), de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), altera a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta aumenta penas para abandono de incapaz

O deputado Helio Lopes (PSL/RJ) apresentou os [PL 4626/2020](#) e [PL 4625/2020](#), alterando o Código Penal e o Estatuto do Idoso para estabelecer penas maiores para casos de abandono de incapaz, maus-tratos e expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso. A justificativa é que com a alteração recente da legislação a pena para maus-tratos a animais é maior dos que as penas atuais para abandono de incapaz.

Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ONU como pré-requisito para receber recursos públicos

[PL 4595/2020](#), de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD/PR), dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, por parte das entidades que recebem verbas públicas.

Incentivar o voluntariado pagando: essa é a estranha proposta do deputado do PSL para estimular os mesários em tempos de eleições na pandemia

[PL 4631/2020](#), de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), prevê o pagamento de gratificação aos mesários que trabalharem nas eleições municipais de 2020, para estimular e incentivar o voluntariado uma vez que os integrantes das salas de votações serão expostos ao grande número de eleitores, pondo-os em risco de contágio da Covid-19.

Obrigatoriedade da linguagem brasileira de sinais em programas noticiosos e propaganda e programas institucionais

[PL 4578/2020](#), de autoria da deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), estabelece a obrigatoriedade de as emissoras de televisão adotarem a linguagem brasileira de sinais – LIBRAS – em seus programas noticiosos; e estabelece que todas as propagandas e programas institucionais dos governos federal, distrital, estadual e municipal deverão conter janela com intérprete de LIBRAS.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos é questionado sobre políticas enfrentamento ao racismo e sobre nomeações

O deputado Helder Salomão (PT/ES) apresentou dois requerimentos de informação: o [RIC 1213/2020](#), que solicita informações à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade étnico-racial no âmbito de seu Ministério, em complemento às informações solicitadas no RIC 1122/2020; e o [RIC 1215/2020](#), que solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Plano Nacional de Enfrentamento de Homicídio de Jovens, em complementação às informações já enviadas no âmbito do RIC 1097/2020.

[RIC 1204/2020](#), de autoria do deputado Marcelo Calero (CIDADANIA/RJ), requer informações ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca da nomeação de pessoas sem nenhuma experiência no campo para a chefia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Proibição de exibição de programas policiais sensacionalistas pela televisão aberta

Sugestão Legislativa [24/2020](#), proíbe programas policiais sensacionalistas de serem exibidos pela televisão aberta. A exibição desses programas expõe crianças e adolescentes a cenas violentas de perseguições, assassinatos, sangue e aos discursos violentos dos apresentadores.

Mais armas: projetos sugerem que os policiais aposentados tenham direito a sua arma

O deputado Guilherme Derrite (PP/SP) apresentou duas propostas: o [PL 4563/2020](#) que dispõe sobre o direito ao acautelamento e ao uso de arma de fogo pertencente à Instituição de origem aos policiais civis e federais quando de sua passagem para a inatividade e o [PL 4564/2020](#) que dispõe sobre esse mesmo direito para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

O tema do meio ambiente, com o Brasil em chamas, mobiliza parlamentares

Várias indicações foram apresentadas nesse campo: INC 1022/2020, de autoria da deputada Professora Rosa Neide (PT/MT) e deputado Enio Verri (PT/PR), sugere ao Poder Executivo a adoção de medidas imediatas para mobilização de militares e consignação de dotações orçamentárias adicionais para apoiar o enfrentamento das queimadas em biomas, notadamente no Pantanal, bem como sugere a instituição de “Gabinete de Crise” interinstitucional, participativo e interfederativo.

O deputado Jesus Sérgio (PDT/AC) apresentou três indicações, sugerindo a ministro-chefe da Casa Civil (INC 1032/2020), ao Ministro da Defesa (INC 1031/2020) e ao Ministro do Meio Ambiente (INC 1009/2020) o emprego de contingente, aeronaves e equipamentos das Forças Armadas no combate aos incêndios no Pantanal e nos estados da Amazônia. Já a senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES) apresentou os INS 67/2020 e INS 68/2020, sugerindo ao Presidente da República a adoção de ações efetivas, concretas e imediatas, com vistas a combater as causas dos desmatamentos e das queimadas no bioma amazônico.

Mas mesmo com o Brasil pegando fogo tem parlamentar querendo enfraquecer a defesa do meio ambiente, é o caso do PL 4655/2020, de autoria do deputado Nelson Barbudo (PSL/MT), que altera a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) para limitar o valor da multa ambiental.

ATOS DO EXECUTIVO

Entre os atos publicados pelo executivo: Decreto nº 10.488, de 16 de setembro de 2020, Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública.

VALE A PENA CONFERIR!

> Outras Palavras

Artigo do SOS Corpo publicado na coluna Baderna Feminista do site Outras Palavras: Mulheres em conflito com a Lei e a Ordem

> Marco Zero Conteúdo

Matéria: Como a bancada da bíblia se profissionalizou para acabar com o aborto legal no Brasil

> Metrôpoles

Matéria: Saúde não suspende portaria do aborto e enfurece bancada feminina na Câmara

> Estudo Dieese

Estudo sobre a proposta de Reforma Administrativa: Síntese Especial - Subsídios para debate: Reforma Administrativa do governo Bolsonaro

> Carta das Mulheres Negras ao STF

Mulheres Negras Movem o Brasil por Direitos, Carta das Mulheres Negras ao Supremo Tribunal Federal: contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver. A carta está aberta para assinaturas até do dia 25 de setembro.



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.